

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A
CARTELIZAÇÃO NA FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES,
INCLUSIVE, COM A CRIAÇÃO DE ARTIFICIAL DIRECIONAMENTO DA DEMANDA E
CAPTURA DOS SERVIÇOS MÉDICOS POR INTERESSES PRIVADOS – MÁFIA DAS
ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL – CPIORTES**

Requerimento n.º _____, 2015
(Do Senhor Dr. João)

Requer a realização de oitiva na cidade de Porto Alegre (RS) de pessoas, vítimas e profissionais de saúde, que estariam sofrendo ameaças de investigado por esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei na 1.579/1952 e o art. 36, II e IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião desta CPI na cidade de Porto Alegre (RS) para ouvir testemunhas que estariam sendo ameaçadas pelo Sr Fernando Sanchis, médico ortopedista e cirurgião da coluna vertebral, alvo de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Justificativa

Considero de suma importância a aprovação deste requerimento, pois o Sr. Fernando Sanchis, médico ortopedista e cirurgião da coluna vertebral, é relacionado como um dos chefes da máfia de órteses e próteses no estado do Rio Grande do Sul. Decorrem de seus procedimentos criminosos pessoas lesadas física e financeiramente. Dado seu poder de influência, o Sr. Sanchis intimida pessoas a não trazerem à tona informações importantes para o pleno esclarecimento dos fatos. Diversas denúncias comprovam que, para encobrir provas e indícios de seus atos ilícitos, profissionais de saúde e vítimas estão sendo coagidas e mesmo sofrendo ameaça de morte. E temos o dever moral e constitucional de mudarmos essa história.

Investigação publicada pelo portal G1, da Rede Globo, com o seguinte relato envolvendo o Dr Sanchis, demonstra a sordidez do seu caráter:

“Seu João Francisco, de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul, também foi usado no esquema. Ele é usuário do plano de saúde dos servidores do Governo Federal. O advogado indicado pelo doutor Sanchis entrou com um pedido de liminar para que o plano bancasse uma cirurgia de coluna, orçada em R\$ 110 mil. O plano de saúde do Seu João conseguiu suspender a liminar e fez a mesma operação, com outro médico, por pouco mais de R\$ 9 mil”.

Considerando a contundente evidência demonstrada pelas denúncias, solicito a aprovação deste.

Atenciosamente,

Sala das sessões, em 27 de maio de 2015

Dr. João
Deputado Federal
PR/RJ